



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Do Sr. Nicoletti)

Requer a criação de Comissão Externa, com ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos art. 38 c/c o art. 117, inciso I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de COMISSÃO EXTERNA, com ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil.

A comissão tem por fim subsidiar o Governo Federal com informações para solucionar os problemas na fronteira do Brasil e da Venezuela causados pela crise que esse país enfrenta e viu agravada nos últimos dias.

A Comissão contará, para o seu funcionamento, com recursos orçamentários, administrativos e técnicos necessários providos pela Câmara dos Deputados.

JUSTIFICAÇÃO

Diante das inúmeras denúncias mundialmente divulgadas e do estado degradante da população, além do iminente risco de atingimento da população brasileira que vive dos dois lados da fronteira, entendo importante a criação dessa comissão externa para dar suporte ao trabalho do Governo Federal, empenhado em solucionar a questão.

A atual crise na Venezuela se arrasta desde o final do governo de Hugo Chávez, adentrando o atual governo de Nicolás Maduro e tem origem socioeconômica



e política. A população tem sofrido com a falta de recursos básicos para a sobrevivência e o país tem enfrentado, desde a última semana, inúmeras dificuldades para acessar a fronteira em busca de mantimentos e de atendimento médico.

A crise foi o resultado de políticas populistas que se iniciaram como parte da "Revolução Bolivariana" do governo de Hugo Chávez e se intensificou no governo de Maduro.

A crise da Venezuela atinge diretamente o Brasil e, diante do seu agravamento e da necessidade de controle da situação, o Estado de Roraima, que já enfrentava situação difícil e de calamidade financeira, sofre as consequências da fuga de venezuelanos.

O decreto de calamidade financeira teve como motivação as dívidas do estado, atrasos salariais, risco de colapso de serviços essenciais como saúde, educação e segurança e os impactos da migração venezuelana. O estado de calamidade foi responsável pela decretação de intervenção federal no final do ano passado e, no relatório que motivou a intervenção, a Agência Brasileira de Inteligência apontou risco de reedição de massacres e atos retaliatórios em presídios ao avaliar os impactos da crise financeira em Roraima em serviços públicos essenciais, como a segurança pública.

O aumento da fuga dos venezuelanos também deu origem ao anúncio, no último sábado, da edição de decreto de calamidade pública na saúde. O número de atendimentos no Hospital Geral de Roraima (HGR), principal unidade da rede e a única a realizar procedimentos de alta complexidade, aumentou consideravelmente e já não consegue realizar os atendimentos aos brasileiros.

O Governo do Estado de Roraima, por meio de nota, informou que, nas últimas 36 horas, 18 pacientes venezuelanos em estado grave foram atendidos no hospital. Destes, 13 precisaram passar por procedimento cirúrgico, sobrecarregando as unidades de terapia intensiva, o setor de trauma e a ocupação de leitos. Com a publicação do decreto, o governo espera ter mais facilidade em compras emergenciais de medicamentos e de materiais médico-hospitalares. O estado analisa ainda a possibilidade de contratação de leitos hospitalares privados para deixar como retaguarda, caso haja necessidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Outra preocupação do governo de Roraima é o provável crescimento do número de imigrantes entrando no Brasil via Roraima, após a reabertura da fronteira. Já foi amplamente noticiado que houve a entrada de muitos detentos venezuelanos no Estado de Roraima, fato que expõe a população à insegurança e ao medo.

Diante desse cenário de absoluta falta de qualidade de vida e de escassez de recursos a que a população roraimense está submetida em razão da crise venezuelana, propomos a presente Comissão Externa, com a finalidade de obter informações para subsidiar as ações do Governo Federal, além de resguardar o lado brasileiro da fronteira.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, de de 2019.

Deputado NICOLETTI

PSL/RR